

# Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados

*Simão Pedro Chiovetti\**

*Resumo:*

O objetivo deste artigo é contribuir para a análise do processo de mudanças que vem ocorrendo na agroindústria paulista, a partir dos anos 90, e como ele se reflete na luta do movimento sindical dos trabalhadores rurais. A globalização, a introdução de políticas neoliberais no Brasil e a crise do programa do álcool estão levando as agroindústrias a implementarem uma reestruturação no seu sistema de produção, cujas consequências colocam novos desafios para a luta dos trabalhadores.

Com a instalação da ditadura militar em 1964, o Estado passou a implementar, de forma articulada com sua política econômica geral, medidas voltadas para o desenvolvimento e a expansão do capitalismo no campo. Uma dessas medidas foi o incentivo à concentração e centralização do capital na agroindústria canavieira de Pernambuco e São Paulo. Por outro lado, tratou de colocar amarras na luta pela reforma agrária. Foi, por exemplo, o caso do envio, no final de 1964, para aprovação no Congresso Nacional, do Estatuto da Terra, com o objetivo de por fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas da época, deixando aberto apenas o caminho da sindicalização. (Martins, 1981: 96)

A modernização da agricultura aprofundou as contradições entre as categorias de trabalhadores rurais, presentes na base dos sindicatos, que sempre se apresentaram com reivindicações específicas. Cresceu o número de empregados assalariados; rendeiros (parceiros e arrendatários), passaram a proletários; e boa parte dos pequenos proprietários (ou posseiros), ganhou em tecnificação. Mas essa modernização foi muito desigual nas várias regiões do país.

“No Nordeste, por exemplo, o processo de proletarianização não conseguiu diminuir a reivindicação por terra dos trabalhadores rurais das zonas canavieiras, reforçando assim o caráter unitário do sindicalismo rural. Em São Paulo, a proletarianização praticamente eliminou a categoria dos rendeiros nas regiões

\* Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP e membro do Neils.

canavieiras e reduziu drasticamente a dos pequenos produtores. Mais do que isso: consolidou a categoria dos assalariados na medida em que, ao concentrar as terras e os capitais necessários ao empreendimento agrícola, eliminou do horizonte do trabalhador rural a miragem do acesso à terra como pequeno produtor independente". (Graziano da Silva, 1997: 15)<sup>1</sup>

### **A cana-de-açúcar**

Os anos 70 foram palco de uma crise energética mundial, marcada pelos choques dos preços do petróleo de 1973 e 1979. Por terem tido forte impacto econômico e uma grande conotação político-ideológica, esses choques exacerbaram nos países importadores do produto, como era o caso do Brasil, os preceitos da doutrina de segurança nacional. Assim, em 1975, os militares no governo conceberam o Programa do Álcool (Proálcool), como uma das medidas para conter as importações de petróleo. Desde sua criação, o Proálcool foi extremamente dependente dos elevados subsídios concedidos pelo Estado ao setor sucro-alcooleiro, que se refletiam na taxa de juros relativamente muito baixas dos empréstimos bancários e no preço do álcool ao consumidor final. Os dados abaixo mostram a magnitude do programa:

"Entre 1980 e 1985, a produção brasileira de álcool passou de 3,70 bilhões de litros para 9,25 bilhões, um incremento de 150%, e a participação dos veículos movidos a álcool hidratado no total de veículos vendidos passou de 28,5% para 96,0%. Em 1985, foram vendidos 647.445 veículos a álcool, apesar da relação preço do álcool/preço da gasolina ter passado de 0,52 para 0,65". (Coelho, 1998: 3)<sup>2</sup>

O Proálcool mudou o perfil da agricultura em muitos estados brasileiros, na medida em que muitas lavouras foram sendo obrigadas a dar espaços cada vez maiores para as plantações de cana, para abastecer as indústrias. No Estado de São Paulo, por exemplo, em 1998 cerca de 1/3 da área cultivada estava tomada pela lavoura da cana-de-açúcar, atingindo 2.946 milhões de hectares e empregando uma mão-de-obra em torno de 390 mil trabalhadores. (Seade, 1998) O programa também transformou a base técnica da lavoura canavieira no Estado. As novas plantações trouxeram consigo modernas tecnologias para o setor, propiciando ganhos enormes de produtividade, com reflexos nas relações de trabalho. Além disso, transformaram profundamente o perfil dos municípios, antes basicamente policultores, como é o caso, por exemplo, dos municípios das regiões de

1. No período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista (Moraes Silva, 1999: 63).

2. Com a crise de abastecimento de álcool ocorrida no final dos anos 80 (as indústrias priorizaram a fabricação do açúcar, cujos preços internacionais tiveram alta), a credibilidade do programa foi profundamente abalada, o que se refletiu na queda das vendas de veículos novos a álcool: em 1990, foram entregues apenas 81.998 veículos, comparados com os 405.302 em 1989. Em 1991 e 1992 as vendas começaram a mostrar sinais de recuperação, com vendas de 150.547 e 195.546 veículos, respectivamente, até atingir 262.644 unidades em 1993, o máximo da década. Após esse ano, as vendas caíram drasticamente e em 1997 foram vendidas menos de mil unidades (Coelho, 1998: 4).

Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara, tornando-o reféns de uma única atividade econômica. (Graziano da Silva, 1997)<sup>3</sup> A região de Ribeirão Preto, por exemplo, em 1993, possuía 29 usinas de açúcar e 17 destilarias, com uma produção de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. Estas usinas movimentaram US\$ 2,4 bilhões e empregaram 70 mil trabalhadores, dos quais 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sul da Bahia. (Moraes Silva, 1998)

As mudanças citadas acima, vão refletir diretamente na luta dos trabalhadores rurais e suas organizações. São Paulo viu surgir, em meados da década de 80, as primeiras lutas dos bóias-frias nas regiões canavieiras, que já refletiam aquelas transformações citadas acima e que, comparativamente às outras regiões do país, tinham contornos bastante específicos.<sup>4</sup> Merecem destaque as greves de Guariba, ocorridas em maio de 1984 e em janeiro de 1985 e as ocorridas em 1986, que desembocaram no episódio de Leme, quando dois bóias-frias foram assassinados pela repressão da Polícia Militar. Estas greves representaram uma guinada no movimento dos trabalhadores rurais no interior de São Paulo, pois, incorporaram uma série de reivindicações novas, que extrapolaram a exigência apenas de melhores salários, buscando a melhoria das condições da jornada de trabalho, transporte e a estabilidade no emprego durante todo o ano, e não apenas no período da safra. Em outras palavras, passaram a buscar um maior controle do processo de trabalho e também da produção.

### **Os trabalhadores, sua organização e lutas**

Com a profunda diferenciação existente no campesinato brasileiro, os associados do movimento sindical, nas principais regiões do Estado, ficaram reduzidos a basicamente dois tipos: o pequeno proprietário familiar pobre e os assalariados rurais.

Até 1989, os sindicatos dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo estavam agrupados na Fetaesp — Federação dos trabalhadores Rurais do Estado. Naquele ano, “fruto de divergências de concepção e prática no interior do movimento sindical”, surgiram os sindicatos de empregados rurais, específicos de assalariados, organizados na Feraesp — Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, configurando-se no grande racha do movimento sindical rural paulista.<sup>5</sup>

3. Nem todas as usinas plantam sua própria cana. Existe o setor dos proprietários de terra (grandes e médios) que plantam cana para fornecer às indústrias. E há ainda aqueles que arrendaram suas terras para as usinas.

4. Em relação à especificidade dessas lutas, Graziano da Silva (1997), cita “a fiscalização dos acordos por uma comissão tripartite, integrada pelo Ministério do Trabalho, sindicalistas e patrões; a luta contra as cooperativas de mão-de-obra; conquistas importantes em relação à legislação trabalhista; as próprias formas de luta (algumas violentas) que incluíam greves que cercaram cidades e mesmo regiões inteiras, mobilizando milhares de pessoas”.

5. Atualmente, a Feraesp, ligada à CUT, reúne 16 sindicatos, a maioria deles situados na região de Ribeirão Preto, onde predominam as agroindústrias da cana e da laranja.

A Fetaesp, desde o golpe de 64 passou por vários processos em sua direção, inclusive sofrendo a intervenção do governo militar em 1969. Em 1976, conseguiu encaminhar formalmente o primeiro dissídio coletivo para os trabalhadores rurais. Até então, o que havia era o encaminhamento de ações trabalhistas individuais pelos sindicatos. Mas o dissídio foi anulado por recurso jurídico da Faesp, a entidade patronal. Mas é no final dos anos 70 que a entidade sofre profundas transformações. Por exemplo, quando, em 1979, uma mudança administrativa permitiu a divisão dos sindicatos de trabalhadores rurais em "grupos regionais", que passaram a agir com um grau importante de autonomia, o que possibilitou importantes alterações:

"o grupo regional de Alta Sorocabana (Presidente Prudente) passou a agir mais na questão da terra e muitas manifestações acabaram sendo feitas em conjunto com a Fetaesp. Mas o exemplo mais importante foi o de Araraquara — do qual faziam parte também Jaboticabal, Barretos e Bebedouro — que passaram a analisar de uma maneira sistemática os problemas dos trabalhadores volantes da cana e da laranja, as principais culturas da região". (Graziano da Silva, 1997: 30)

Em Guariba, a insatisfação com os baixos salários e a mudança do sistema de corte da cana de 5 para 7 ruas foi o estopim da greve ocorrida em maio de 1984.<sup>6</sup> Na verdade, o movimento do município de Guariba, na região de Ribeirão Preto (com 25 mil habitantes, dois quais 10 mil eram cortadores de cana) ganhou destaque, porque no dia 15/5/1984, uma multidão de bóias-frias ocupou a praça central da cidade, incendiou e demoliu dois prédios da Sabesp (em protesto contra os aumentos das taxas de água), ateou fogo em alguns veículos, saqueou um supermercado e entrou em choque com tropas da Polícia Militar, que resultou em uma pessoa morta e 30 feridas (destas, 14 à bala). Naquele momento, os cortadores de cana de usinas de vários municípios da região já estavam em greve (Pradópolis, Sertãozinho, Barrinha, etc.). Apesar da revolta ter acontecido de forma espontânea, segundo os dirigentes sindicais da época, no dia seguinte uma assembléia reuniu 3 mil trabalhadores, coordenada por diretores da Fetaesp e por parlamentares do PT, que decidiu pela continuidade do movimento e pela aprovação de uma pauta de negociação com 19 reivindicações. A greve rapidamente se estendeu para outras regiões do Estado, atingindo também, os colhedores da laranja. O movimento culminou no histórico "Acordo de Guariba", assinado entre os sindicatos de trabalhadores rurais e patronais e mediado pelo Secretário Estadual do Trabalho, pela Fetaesp e pela associação dos fornecedores de cana, e que assegurou uma série de reivindicações importantes, entre elas a volta do sistema de corte de 5 ruas.

6. A lavoura da cana de açúcar é plantada em forma de sulcos que formam as "ruas" separadas uma das outras por uma distância aproximada de 1,5 m. Na colheita, o trabalhador volante corta simultaneamente várias ruas, jogando as canas em um espaço central. No sistema de 5 ruas, ele vai cortando simultaneamente as ruas 1 a 5 e joga a cana para a rua 3. No sistema de 7 ruas, duas ruas a mais são cortadas simultaneamente, obrigando o volante a um esforço maior para jogar a cana cortada para a rua central. Este sistema disseminou-se rapidamente em várias regiões do Estado, a partir da safra 1982/83. (Graziano da Silva, 1997)

Em janeiro de 1985, outra greve dos canavieiros tem início a partir de Guariba e alastra-se por várias cidades da região de Ribeirão Preto, reivindicando aumento das diárias e garantia de emprego para todos. A greve aconteceu por pressão dos desempregados, com a CUT e a Fetaesp tentando coordenar, sem, no entanto, conseguir unificar as reivindicações dos vários sindicatos. Houve repressão dura da Polícia Militar, principalmente nas cidades de Guariba e Sertãozinho, para impedir os piquetes. O poder público, através do governo do Estado e prefeituras, procurou mediar e oferecer uma saída assistencialista, anunciando o envio de cestas básicas para os desempregados e criação de frentes de trabalho. O movimento durou cerca de 15 dias e culminou com a negociação entre a Faesp e a Fetaesp de um primeiro acordo dos canavieiros válido para todo o Estado, cuja principal cláusula, foi o estabelecimento de um piso salarial diário, mas sem outros avanços significativos para o movimento.

As greves de 1986, tiveram início, a partir da paralisação dos cortadores de cana da Usina Santa Terezinha, abrangendo as cidades de Mogi Guaçu, Leme, Araras, Aguai, Conchal, etc., que reivindicavam o recebimento de salário por metro de cana cortada e não por peso, como vinha acontecendo. Os usineiros (representados pela Faesp e pelo Sindicato das Indústria do Açúcar e do Alcool) não aceitavam negociar com o sindicato de Mogi Guaçu, recém criado e com uma diretoria combativa, alegando que já tinham assinado acordo com a Fetaesp na data-base que foi em 1º de maio. Por conta disso, o Tribunal Regional do Trabalho considerou o movimento ilegal e determinou a volta ao trabalho com o desconto dos dias parados. A Fetaesp alegava que assinou o acordo para evitar o dissídio coletivo (o processo fica sob júdice até o fim do julgamento pelo TRT). Como os sindicatos de trabalhadores rurais não se sentiram obrigados a acatar a extensão automática do acordo, decidiram, em assembleias lotadas de cortadores de cana, continuar a greve, recebendo a adesão de trabalhadores de outras cidades, com a possibilidade de transformar-se na primeira greve geral dos canavieiros de São Paulo. Mas aí o governo do Estado, que segundo as lideranças dos trabalhadores “só tinha ouvidos para os usineiros”, iniciou a repressão violenta aos trabalhadores, com prisão de lideranças, dissolução de piquetes, culminando com o episódio de Leme e toda a sua repercussão.<sup>7</sup>

Os vários movimentos de greve ocorridos ao longo dos anos 80, significaram uma árdua luta dos trabalhadores rurais assalariados para fazer cumprir a legislação trabalhista que sempre lhes foi negada. Muitos direitos legais foram conquistados, principalmente no setor sucro-alcooleiro, como a melhoria nas condições de transporte, assinatura de carteira de trabalho, recebimento de 13º, férias e repouso semanal remunerado. Entretanto, sempre se presenciou, por parte do empresariado rural, uma recusa em cumprir os acordos e mesmo a legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que busca, a todo instante, formas

7. O governador do Estado era Franco Montoro, do PMDB, eleito em 1982. O Secretário Estadual de trabalho era o advogado Almir Pazzianoto.

para neutralizar o movimento dos trabalhadores. (Silva, 1995)<sup>8</sup> Em todo o caso, as greves de 1985 e 1986 constituíram um primeiro embrião de uma organização sindical autônoma dos trabalhadores da cana em São Paulo, que culminariam na criação da Feraesp, três anos mais tarde.<sup>9</sup>

“Foram greves vitoriosas, mas violentamente reprimidas pelo auto-intitulado Governo Democrático de São Paulo (...). Os trabalhadores volantes haviam aprendido muito, principalmente suas lideranças no que diz respeito à tática de aliar negociação e greve, formalismo e prática, articulação de bastidores e luta de massas”. (Graziano da Silva, 1997: 130)

Um ponto fundamental da divergência entre as duas federações é em relação à condução das campanhas salariais. Na avaliação de Élio Neves, atual presidente da Feraesp (um dos principais líderes da greve de Guariba e ex-diretor da Fetaesp), a outra federação vê os assalariados como objeto de campanhas pontuais, ou seja, um processo de campanha salarial que ocorre uma vez por ano e tem como parâmetro principal a legislação, levando em conta a data-base, nas normas de negociações coletivas, a busca de um acordo/acerto com a classe patronal, visando estabelecer condições de trabalho. Segundo ele, a Feraesp entende que o trabalho com os assalariados não deve ser apenas um momento de campanha, mas sim, um trabalho contínuo, onde o que está em jogo vai além de uma luta pelo salário. Critica ainda o fato de que a necessidade das datas fixas e estabelecidas pela legislação, dificulta a participação dos trabalhadores na elaboração da pauta de reivindicações, pois precisa ser encaminhada aos patrões 60 dias antes (no caso dos canavieiros, em 1º de março), ou seja, antes da safra e sem poder de pressão (greves e paralisações) para obrigar os patrões a negociarem.<sup>10</sup> Considera ainda que os próprios trabalhadores têm que ser o agente ativo e que a organização efetiva dos trabalhadores deve dar-se ao nível do sindicato, visando evitar um descolamento entre dirigentes e base e um distanciamento entre o fórum de decisão e aqueles que estão buscando essas decisões. Assim, o principal papel da Feraesp deve ser o de articulação das lutas, sem a responsabilidade de afirmar acordos coletivos de trabalho, embora não despreze esse instrumento, pois considera que a negociação não é apenas o momento de sentar à mesa frente a

8. Silva cita um levantamento realizado em 1993 pela Feraesp, que constatava existir aproximadamente 100 mil trabalhadores rurais em atividade sem registro em carteira, principalmente nas chamadas culturas da lavoura branca. E, embora esse problema não fosse muito grave nas lavouras de cana e laranja, nesses setores verificava-se jornadas de trabalho extenuantes, de 12 a 14 horas diárias, além da discriminação na contratação de mulheres, trabalhadores em situação de semi-escravidão, confinados em barracões, além das constantes suspeitas de “roubo” no peso das balanças. (Silva, 1995)

9. Nos anos de 1987, 1988 e 1989 houve um segundo ciclo de greves dos canavieiros, que mostraram que não só os trabalhadores haviam aprendido novas táticas de luta, mas também os usineiros. Estas greves foram analisadas por Alves (1992).

10. Por este processo e no caso dos trabalhadores da cana, a Fetaesp precisa fechar a pauta de reivindicações em janeiro, para encaminhá-las aos 121 sindicatos (350 mil trabalhadores), que se reúnem para acrescentar itens ou apresentar modificações. No caso dos trabalhadores da laranja, com 58 sindicatos envolvidos (40 mil trabalhadores), que a data base é 1º de julho, a pauta é fechada em março.

frente com o patrão ou com o representante deste e, sim, que ela se dá a cada momento, a cada dia, nas lutas que os trabalhadores possam desenvolver. (CUT e Contag, 1999a)

### **Mecanização e falsas cooperativas**

Hoje, tanto a Fetaesp como a Feraesp coincidem ao afirmar que estão diante de dois grandes problemas: de um lado, o desemprego estrutural que vem sendo causado pela mecanização do corte da cana-de-açúcar, o que reduz o poder de barganha dos trabalhadores e, de outro, a implantação e funcionamento das falsas cooperativas de trabalho, principalmente no setor da citricultura, mas já também, com incidência no setor canavieiro. (CUT e Contag, 1999a: 87)

Em relação à mecanização, a preocupação é real. Até 1976, o corte mecanizado era de 5% nas plantações de São Paulo. No entanto, esta proporção se elevou para 19% nos anos 80, caindo para 17% nas safras de 1997/98. (Veiga Filho, 1998) A introdução do processo da queima da cana, a partir dos anos 70, antes da colheita, facilitou o trabalho dos volantes de entrar nos canaviais, mas reduziu a demanda por mão-de-obra e obrigou à mecanização das operações de carregamento e transporte, já que a cana queimada perde peso após 72 horas e começa a fermentar. Hoje, com a desregulamentação e reestruturação do setor de um lado — o que faz as empresas buscarem aumentar a produtividade e diminuir custos — a tendência é o real aumento da mecanização também no corte e, de outro lado, a pressão das entidades ambientalistas e principalmente dos promotores públicos contra a queima, tornou imperioso o corte da cana crua, que é realizado mecanicamente, processo esse que, embora esteja muito atrasado, tende a se intensificar. Estima-se que até a virada do milênio, 38,5 mil safristas perderão seus postos de trabalho (24 mil só na região de Ribeirão Preto). (Aly Junior, 1999)<sup>11</sup>

As falsas cooperativas de mão-de-obra temporária (ou “coopergatos”, como denomina a Feraesp) é um artifício usado pelas indústrias, principalmente as de suco concentrado de laranja, na busca de flexibilizar as formas de contratação da força de trabalho para a colheita nos pomares de São Paulo.

Elas se alastraram pela região produtora de laranja de São Paulo a partir de 1995, quando as indústrias de suco passaram a não mais se responsabilizar pela colheita da fruta nos pomares, deixando essa incumbência para os produtores, que, por seu lado, tentam reduzir o dispêndio com encargos trabalhistas. Aproveitando-se de uma brecha aberta na legislação trabalhista, que eliminava o vínculo empregatício entre trabalhadores em regime de cooperativas e tomadores de serviço, os empresários do setor estimularam seus gerentes a formarem essas

11. Estuda-se também a mecanização do plantio da cana. A Brastoft Máquinas e Sistemas Agroindustriais está fabricando dois tipos de plantadores de cana, o que, segundo ela reduzirá 25 dos custos. Segundo a Anfavea, a produção e venda de tratores para corte de cana, cresceu 20,08% nos meses de janeiro/fevereiro em relação ao mesmo período do ano anterior. (Alves e Alves, 1998) Uma destas máquinas, substitui o trabalho de 80 trabalhadores, em média.

cooperativas e, desde lá, vem impondo aos trabalhadores esse modelo como sendo o único para se trabalhar no setor. Segundo dados da Feraesp, a grande maioria dos mais de 100 mil trabalhadores que estão empregados no setor, não possuem vínculo empregatício e os direitos dele decorrentes. Além disso, essas cooperativas não recolhem as contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao INSS. Além da contestação, através de denúncias de suas atividades por parte dos trabalhadores junto ao Ministério Público do trabalho, a Justiça do trabalho vem considerando como irregulares as atividades dessas cooperativas e tramita no Congresso Nacional, projeto de lei para derrubar a que foi aprovada em 1994.<sup>12</sup>

Se a Fetaesp e a Feraesp concordam com o diagnóstico de problemas a serem enfrentados, seus métodos são totalmente opostos. A primeira vem participando de atos públicos em defesa da retomada do Proálcool (segundo a CUT e a Feraesp, organizados e patrocinados pelos usineiros), como o que aconteceu em maio, na rodovia João Ribeiro de Barros, em Jaú, interior do Estado e em Brasília (*O Estado de S. Paulo*, 11/5/99), com o argumento de que trata-se de defender empregos.<sup>13</sup> A segunda realizou, em comemoração aos 15 anos da greve ocorrida naquela cidade, um grande ato no dia 16 de maio em Guariba, que contou com a presença de cerca de 3 mil trabalhadores, contra a reativação do Programa do Álcool, que, segundo Élio Neves, presidente da entidade, teve uma injeção de grande volume de recursos, o que levou a uma grande concentração de terras e de capitais em poder das usinas e, em contrapartida, distribuiu “miséria aos trabalhadores”, propondo outras saídas para o problema, como a gestão das usinas falidas por seus funcionários e a criação de um estoque de terras daquelas usinas endividadas para fins de Reforma Agrária. (*O Estado de S. Paulo*, 26/4/99)

A Feraesp também tem uma participação bastante ativa em ocupações de terra, mobilizando aqueles trabalhadores assalariados desempregados, normalmente chefes de família, pressionando o Estado a promover o seu assentamento. Hoje, a entidade controla 14 assentamentos, espalhados por vários municípios da região de Ribeirão Preto, num total de cerca de 2 mil famílias. Realiza essas atividades em separado do MST, participando com o mesmo apenas em atividades de mobilizações como o Grito da Terra Brasil, a partir do apoio dado a ambos os movimentos pelo Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT. (CUT/Contag, 1999 b: 97)

12. A lei nº 8.949 de 1994 que introduziu parágrafo único ao artigo 142 da CLT, eliminando o vínculo empregatício entre trabalhadores em regime de cooperativa, ironicamente partiu de iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores, atendendo solicitação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Rio Grande do Sul, visando regulamentar as atividades das cooperativas formadas nos assentamentos. Um Projeto de Lei (nº 2226/96) de autoria do deputado Aloysio Nunes Ferreira, do PMDB (hoje no PSDB) foi aprovado na Câmara dos Deputados e, agora, sob a denominação de PLC nº 31/97, tramita no Senado e tem o apoio dos trabalhadores rurais assalariados e da própria bancada do PT.

13. No mês de junho de 1999, a Fetaesp filiou-se à Força Sindical, o que, ao meu ver, comprova sua afinidade com as propostas dos setores patronais.

O relacionamento do MST com o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais nunca foi dos melhores, especialmente com a Fetaesp. Até meados de 1980, o MST tinha presença significativa somente na região Oeste do Estado. Só a partir de 1985 é que se expande para outros municípios, especialmente da região de Campinas, onde organiza 3 assentamentos, no município de Sumaré. O MST acusava a Fetaesp de não apoiar suas lutas e esta contra-argumentava dizendo que não era um órgão de massas e sim da cúpula sindical, representativo dos sindicatos de trabalhadores rurais, acusando o MST de ser um "movimento paralelo" ao movimento sindical, acusação evidentemente rebatida pela direção do MST.<sup>14</sup> Em todo o caso, a presença cada vez maior do MST no Estado, colocava em disputa a bandeira da luta pela Reforma Agrária, obrigando membros acomodados dos sindicatos a buscarem novas formas de luta junto aos trabalhadores rurais. Quando a CUT ainda estava nascendo, em vários municípios, os integrantes do MST, ajudaram a formar oposições e mesmo a fundar sindicatos de trabalhadores rurais, como por exemplo o de Sumaré, em 1986.

#### **A crise do Proálcool e reestruturação produtiva da cadeia da cana-de-açúcar**

O Estado de São Paulo é a região do país onde se concentrou a parte do empresariado agrícola considerada mais "moderna", com grande dinamismo no seu complexo parque produtivo, constante aprimoramento da parte tecnológica das agroindústrias, com terras férteis, topografia e localização excepcionais. Essa imagem, ideologicamente construída, esconde as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados, expostos a uma brutal exploração e constantemente jogados à exclusão social e econômica, como já foi aqui citado.

Enquanto o Programa do Álcool esteve em pleno funcionamento, permitiu que a fração de classe dominante, representada pelos usineiros, acumulasse enormes riquezas, aumentando seus parques industriais e comprando grandes extensões de terra. Além disso, permitiu um grande acúmulo do poder político local em suas mãos, na medida em que submeteu os municípios à monocultura da cana.

Mas este sistema monocultor não é só formado pelos usineiros e trabalhadores rurais. Existe uma grande cadeia, com seus vários agentes e suas respectivas organizações, com interesses no setor. Além das entidades sindicais que, como já vimos, procuram representar os trabalhadores de um lado e os patrões de outro, existem entidades como a Orplana, Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo e suas respectivas associações representando grupos de municípios, o Sindicom, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis,

14. Em 1985, João Pedro Stédile, assessor do MST, declarava que "nosso movimento não é de forma alguma paralelo. Trata-se apenas da articulação de uma das categorias de trabalhadores rurais dentro do movimento sindical. E, como a maioria dos sindicatos estão controlados por pequenos proprietários e pelegos, em muitos locais eles vêem o MST como uma ameaça, pois logo surge uma chapa de oposição". (*Reforma Agrária*, Campinas, janeiro/março de 1985, p. 62. Citado por Graziano da Silva, 1997)

agrupando as sete distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, além das associações de supermercados (Abras) e da Indústria de Alimentos (Abia), estas três últimas representando interesses à jusante das usinas. (Alves e Alves, 1999) Recentemente foram criadas a Única, a Brasil Álcool e a Crystalsev, empresas privadas com o objetivo de coordenar as transações de suas filiadas com o mercado.

No âmbito do governo central, aparecem as figuras do Banco do Brasil e do BNDES, como agentes financiadores. No do Estado, existe o Conselho Estadual de Energia e a Câmara Setorial da Cana-de-Açúcar, ligada as secretarias de Ciência e Tecnologia e Agricultura e Abastecimento. Nesta, foi vetado pelos usineiros, a participação dos trabalhadores representados pela Feraesp.

A formação daquelas empresas deve-se também à desregulamentação do setor sucro-alcooleiro, a partir dos anos 90, com o desmonte do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) e a descontinuidade do Proálcool, com a diminuição do suporte governamental às usinas e destilarias. A partir do governo Collor de Melo, introduziu-se a mudança de uma padrão direto de intervenção governamental para outro, de caráter mais regulatório, passando os interesses do setor a serem disputados no Congresso Nacional, através de fortes *lobbies* e não mais um órgão específico dentro do aparelho estatal. (Alves e Alves, 1999) Por outro lado, a demanda por álcool hidratado também diminuiu, devido a interesses das montadoras de automóveis pela produção de modelos que atendam a um mercado mais global e não apenas ao brasileiro. Essa tendência é completada pela continuidade da baixa do preço do petróleo e pela quebra de confiança do consumidor de carro a álcool no combustível, a partir da crise de abastecimento, quando, devido a subida do preço do açúcar no mercado internacional em 1988, as usinas priorizaram a produção deste item. A segunda metade da década de 90 registrou uma queda do preço do açúcar no mercado externo, fato que, associado ao aumento da produção agro-industrial, levou a uma crise de superprodução.<sup>15</sup>

Com menor poder de pressão sobre o Congresso Nacional, as usinas do centro-sul, mais particularmente as de São Paulo, passam a investir na diversificação de seus produtos (diferenciação do açúcar, quanto a tipo e qualidade, por exemplo) e na racionalização de suas operações, seguindo a estratégia de redução de custos.

O governo federal também deixou de fixar os preços do açúcar e do álcool, a partir de maio de 1997 e em fevereiro de 1999 liberou de vez o preço da cana-de-açúcar e do álcool hidratado. Como a usina é o único caminho para o processamento da cana, isso determina seu maior poder de barganha frente aos fornecedores. Essa relação se torna mais precária ainda quando é introduzida

15. Os níveis de produção de açúcar bateram o recorde de 233 milhões de toneladas na safra 1997/98. Mas, como o mercado internacional do produto é muito protegido, o Brasil não pode manter esse nível de produção. A maxidesvalorização do Real elevou as exportações brasileiras, afetando negativamente os preços externos. Para isto também contribuiu o aumento da produção e do refino por novos países produtores, como a Tailândia, o México, Austrália e alguns do Oriente Médio, ampliando a competitividade internacional. A safra brasileira deverá cair para cerca de 200 milhões de toneladas. (Santo, 1999)

mudança nos termos de pagamento da cana, agora pelo teor de sacarose e não mais pelo peso. Além disso, as usinas estão transferindo para os fornecedores, os custos de corte, carregamento e transporte, o que torna inviável a permanência dos pequenos empresários nesta atividade. Isso está levando alguns fornecedores a recorrer ao trabalho das falsas cooperativas de mão-de-obra temporária, como têm denunciado os sindicatos de trabalhadores.

Outro fato novo é que, até maio de 1997, a distribuição de combustíveis, antes monopólio da Petrobrás, passa a ser feita por distribuidoras independentes. Assim, os cerca de 300 unidades de produção de álcool ficaram nas mãos das sete distribuidoras de combustíveis. Estas é que têm ficado com a maior parte do lucro. O preço do álcool pago aos produtores chega a ser 40% do preço pago na bomba pelos consumidores. (Alves e Alves, 1999)<sup>16</sup>

A reestruturação do setor e a política econômica adotada para salvar o Plano Real, com o aumento da taxa de juros, tem levado as empresas às mais diversas situações. Alves e Alves (1999) classificaram estas empresas em seis subgrupos. Há um grupo de empresas que faliram, deixando em grave situação econômica os fornecedores e trabalhadores; outro grupo é o das empresas que, com o fim dos subsídios do Estado, estão transferindo seus capitais para outros setores ou regiões geográficas, onde avaliam haver melhores condições de acumulação;<sup>17</sup> um terceiro é constituído por empresas em situação pré-falimentar e, independente de políticas que o Estado venha a implementar no setor, não conseguirão sobreviver; no quarto grupo estão empresas em situação crítica, porém poderão levantar-se, dependendo de políticas específicas para o setor por parte do Estado (para estas, é condição fundamental a entrada de subsídios, para adequarem-se tecnologicamente e voltarem a competir); no quinto grupo encontram-se empresas que ainda não chegaram à situação crítica, mas estão com sua capacidade de sobrevivência no limite, também dependendo de mudanças nas taxas de juros e subsídios governamentais; e, finalmente, no sexto grupo, estão empresas que, independente da crise provocada pelo Real e pelas indefinições da política energética do governo, continuam investindo em novas tecnologias, buscando reduzir custos e aumentar a produtividade, garantindo vantagens comparativas com a saída do Estado do setor.

Os cinco primeiros grupos são constituídos por empresas que vivem às expensas do dinheiro público e apenas um é formado por empresas que procuraram tornar

16. O custo médio da produção do litro de álcool era de R\$ 0,30, enquanto o preço na venda às distribuidoras é de R\$ 0,20 em média. Esse desequilíbrio na relação entre os grandes agentes da cadeia produtiva tem levado algumas usinas a quebrar o contrato com as grandes distribuidoras, passando a trabalhar com pequenas distribuidoras da região de Sertãozinho (Alves e Alves, 1999).

17. Muitas usinas estão transferindo seus capitais para regiões como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, ou para o Estado do Mato Grosso do Sul, onde os custos da mão-de-obra e o preço de arrendamento da terra são muito mais baixos do que os praticados em São Paulo. Uma pesquisa encomendada por usineiros e que contou com a participação de 55 usinas, a maioria delas de São Paulo, apontou esta perspectiva. (Nunes Jr. e Pinto, 1999)

suas unidades competitivas, independentemente dos subsídios governamentais. É por conta de empresas como as que compõem os cinco primeiros grupos que a Feraesp e muitos outros setores sociais têm se colocado contra a volta dos subsídios do Proálcool. E mais, têm exigido uma auditoria para que a sociedade saiba onde foi colocado todo o dinheiro do Programa, repassado aos usineiros.<sup>18</sup>

### **Reestruturação produtiva na agroindústria da laranja**

No caso das indústrias cítricas, poucos setores tiveram um crescimento tão rápido nos últimos anos como o do Estado de São Paulo. Segundo Graziano da Silva (1999), “entre 1985 e 1996, a produção passou de 218 milhões de caixas de 40,8 kg para 335 milhões — um crescimento de 63%”. Ainda, segundo o mesmo autor, a laranja ocupa hoje uma área de 737 mil hectares (inferior apenas à da cana e das pastagens), com 207 milhões de árvores, das quais 15% ainda em formação. Estima-se que o setor inteiro gere em torno de 400 mil empregos diretos e indiretos, mais de US\$ 1 bilhão em exportações e US\$ 350 milhões anuais em ICMS.

O setor sempre foi caracterizado por um oligopólio competitivo, hegemônico por 4 grandes empresas — chamadas 4C — que, juntas, foram responsáveis por 70% das exportações de suco concentrado: a Cutrale (23,2%), a Citrosuco (20,9%), a Coimbra/Frutesp, do grupo francês Dreyfus, (14,4%) e a Cargil, *agribusines* de capital norte americano, (13,8%), sendo que as duas primeiras são compostas de capital nacional. (Belik, 1998) Nos últimos anos, tem se verificado uma profunda reestruturação produtiva em todo o setor, com a redefinição das relações entre todos os seus atores fundamentais.

Essa tendência deve-se a diversos fatores. O primeiro é que os Estados Unidos vêm deixando de ser o grande importador de suco de laranja concentrado, pois tentam tornar-se auto-suficientes neste tipo de produção, ampliando as importações do México (novo membro do Nafta) e investindo na produção na Flórida, além de imporem uma sobretaxa ao produto brasileiro. Isso obriga os exportadores brasileiros a buscarem novos mercados, externos (como a Ásia) e interno. O segundo fator é a entrada de novas firmas no setor, as quais, além de menores, pertencem a grupos de grandes produtores de laranja, que buscam agregar valor a seus produtos, diminuindo a dependência das grandes indústrias. O terceiro é que as quatro grandes indústrias hoje já estão produzindo, elas mesmas e cada vez mais, grande parte das laranjas que esmagam. A Citrosuco, por exemplo, já produz 50% e a Cutrale, 19%. Isso tem levado a uma grande diminuição da compra da fruta de terceiros, permitindo que as indústrias de suco de laranja rompam a tradicional relação bilateral com os fornecedores da matéria-

18. Segundo Osvaldo Aly Junior (1999), “o endividamento médio das usinas, em relação ao total de seu faturamento, somente no ano de 1997 chegou a 50%. Somente com o Banco do Brasil, as dívidas dos usineiros chegou a R\$ 3,9 bilhões, sendo que desses, R\$ 2,5 bilhões já tinha data de quitação vencidas. O Banco considera que desse montante, R\$ 400 milhões estavam perdidos. Dos R\$ 2,5 bilhões de dívidas vencidas, R\$ 700 milhões eram de usinas paulistas e o Banco, “sem alternativas”, tornou-se acionista das usinas caloteiras”.

prima. Um quarto fator é que as grandes empresas brasileiras estão se instalando na Flórida, adquirindo empresas daquele país, numa estratégia de atuarem mais próximas aos consumidores e de recuperação da produção da laranja naquela região. (Graziano da Silva, 1999)

Em relação aos produtores de laranja, está havendo uma grande exclusão dos pequenos e médios, principalmente nas regiões mais antigas. Por outro lado, dos anos 80 até meados dos 90, ocorreu um aumento do tamanho médio dos pomares no estado, principalmente naqueles que já eram considerados grandes, e um crescimento do número de pequenos, estes últimos atraídos pelos bons resultados da citricultura no período. A alternativa para os pequenos seria o mercado interno de fruta fresca, que no período absorveu quase 100 milhões de caixas. No entanto, este mercado também vem sendo disputado pelos grandes produtores, o que fez cair os preços e inviabilizou de vez os pequenos produtores das regiões mais tradicionais. Um outro mercado que vem crescendo bastante nos últimos anos é o de suco de laranja natural pronto para consumo nas mais variadas formas, que, no período 1995/97, praticamente dobrou, chegando a 57,4 milhões de litros. Mas, se este segmento inclui desde pequenos varejistas e micro e pequenas empresas, a multinacional Parmalat domina 50% deste mercado no Brasil. (Graziano da Silva, 1999)

De 1984 até 1995, as relações entre os fornecedores de laranja e as indústrias processadoras passaram a ser acordadas através da adoção do chamado "contrato padrão", que regulava as relações de compra e venda da laranja e vigia em todo o país, o que permitiu aos pequenos produtores, representados por sua entidade, a Associtrus, a participarem dos ganhos provenientes da alta do preço do produto no mercado internacional. Através desse contrato, as indústrias compravam o "pomar fechado", responsabilizando-se pela colheita e, conseqüentemente, pelos gastos com a contratação de mão-de-obra.<sup>19</sup>

A partir da década de 90, com as mudanças já apontadas, as relações entre os produtores e as indústrias alteraram-se de forma significativa. Os primeiros, através de suas associações, a Associtrus e a Aciesp (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo), criada em 1988, moveram um processo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, acusando as indústrias de formação de cartel para aquisição da matéria-prima, além de controlarem o sistema de exportação de sucos. Essa disputa resultou na adoção de um novo acordo, assinado em 1995, pela Abecitrus, a entidade das indústrias e pelas duas outras, denominado "termo de cessação", onde as indústrias se comprometiam a cessar as práticas que atentassem contra a livre concorrência. Mas, aproveitaram-se desse acordo para suspender o contrato-padrão, passando a negociar individualmente com os citricultores contratos de fornecimento, exigindo ainda que o produto fosse entregue na sua

19. Os custos da mão-de-obra representavam cerca de 5% dos custos da produção da laranja e essa mão-de-obra tinha que ser contratada sazonalmente e por um período muito curto, condições difíceis de serem assumidas pelos pequenos produtores. Do ponto de vista das indústrias, isso também significava o controle do fluxo da matéria-prima, o que lhes assegurava quantidade e qualidade da mesma, uma exigência para a comercialização do produto nos mercados internacionais. (Graziano da Silva, 1999)

porta, deixando para estes a responsabilidade pelos custos de produção e transporte, aí incluídos os custos de mão-de-obra. Dessa forma, as antigas empresas, ligadas às indústrias, que contratavam mão-de-obra, foram fechadas, sendo seus gerentes incentivados a abrirem as tais falsas cooperativas e livrando-se das ações trabalhistas, uma vez que, em última instância, eram responsáveis pelas empresas prestadoras de serviço que sub-contratavam os volantes para as colheitas.

Como quem perdeu mais com o fim do “contrato-padrão” foram os pequenos produtores, estes romperam com as duas entidades que em tese também os representavam, e criaram a Abracitrus, entidade que não é reconhecida nem pelas instâncias de governo e nem pela Abecitrus nos processos de negociação do setor.

Mas o ônus principal recaiu sobre os trabalhadores do setor quando lhes foi imposto a participação nas falsas cooperativas como único caminho para trabalharem na área. O resultado disso é que em menos de um ano surgiram cerca de 30 cooperativas reunindo cerca de 50 mil trabalhadores, que trocaram as garantias da legislação trabalhista por uma remuneração em média apenas 20% superior, segundo cálculos das próprias cooperativas. (Silva, Gebara e Pinotti, 1997)

### **Conclusão**

Apesar da globalização não ser um fenômeno novo, é a partir do final da década de 80, com as mudanças no cenário internacional, que conduziram à chamada globalização das relações econômicas e financeiras mundiais, que ele ganha um novo impulso, baseado, principalmente, num ritmo acelerado da expansão de novas tecnologias, tornando mercadorias e homens em coisas cada vez mais descartáveis.

No Brasil, o impacto da globalização ganhou uma dimensão muito grande, condicionando, cada vez mais, o dia a dia das instituições, principalmente pela forma subordinada com que as elites governantes se comportaram diante da pressão do capital internacional sobre nossa economia, impondo a desregulamentação dos mais importantes setores e o enfraquecimento do papel do Estado. Os setores privados nacionais mais atingidos negativamente pela globalização, foram aqueles menos competitivos e aqueles mais atrelados às demandas estatais, levando o governo a aumentar o seu déficit, ao assumir grande parte do endividamento dos setores privados.

O governo e as indústrias, ao invés de implantarem políticas mais agressivas de defesa de empregos e salários, visando aumentar o poder aquisitivo da população, o que refletiria na exigência de mudanças no perfil de investimentos, em benefício maior do setor de bens de salários, preferiram acompanhar o movimento internacional, adotando estratégias defensivas de racionalização da produção, visando redução de custos, ou seja, a adoção de equipamentos sofisticados de automação industrial e mecanização de processos de trabalho, além de implantarem novas formas de organização da produção, a fim de poupar

mão-de-obra. (Gadelha, 1998) É o que está acontecendo na agroindústria da cana e da laranja no interior do Estado de São Paulo que, além de tudo, tem apostado na precarização das relações de trabalho, recorrendo às falsas cooperativas de mão-de-obra temporária como forma de contratação dos trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva em implantação na agroindústria paulista, principalmente no setor sucro-alcooleiro, tem colocado o movimento dos trabalhadores rurais, que durante toda a década de 80 travou lutas importantes para defender empregos e para ter seus direitos trabalhistas reconhecidos, diante de novos desafios. De um lado, algumas organizações como a Fetaesp, com o argumento de que a luta principal é a defesa dos empregos dos trabalhadores que compõem sua base, colocam-se na defensiva ou ao lado de empresários falidos ou eternamente dependente de subsídios e da injeção de recursos públicos em suas atividades, reivindicando a continuidade destes procedimentos. De outro, aquelas organizações como a Feraesp que, diante do problema, lutam por saídas diferentes, como a realização da reforma agrária nas terras das usinas falidas e endividadas e a reestruturação da produção da cana, com a diminuição da presença da indústria e o aumento da participação dos produtores rurais (fornecedores) e trabalhadores no processo, colocando inclusive a implantação de empresas de autogestão. Este movimento busca ainda a organização dos trabalhadores rurais desempregados, para ocuparem terras improdutivas ou que estão nas mãos do Estado, forçando este a proceder o seu assentamento.

A luta contra os processos selvagens de mecanização das colheitas e contra a atividade das falsas cooperativas, estas principalmente na agroindústria da laranja, mas já se expandido para as lavouras da cana, é outro desafio muito grande para os trabalhadores e suas organizações.

A reestruturação na agroindústria da cana também tem deixado inquietas as lideranças políticas, mesmo de esquerda, principalmente naquelas regiões onde a saída e mesmo a falência de usinas já são dadas como certas, devido ao impacto que isso causará nas finanças dos municípios hoje totalmente dependentes dessa cultura. Este fato tem levado a posições em defesa da continuidade do Proálcool, com argumentos que, inclusive, apontam ser um programa energético estratégico e menos poluente. Outras posições defendem o fim do programa e a adoção de medidas que sinalizem uma transição para a diversificação das atividades agrícolas naqueles municípios hoje dominados pela monocultura, além daquelas defendidas pelos trabalhadores, apontadas acima.<sup>20</sup>

20. No PT, por exemplo, encontram-se várias posições. O deputado federal José Machado, ex-prefeito de Piracicaba, tem dado declarações favoráveis à continuidade do Proálcool, apontando o lado estratégico do programa em termos de política energética e ambiental. Antonio Palocci, deputado federal e atual presidente do Diretório Estadual do partido, deu entrada em um projeto de lei no Congresso Nacional, no mês de junho passado, onde defende a adição de uma porcentagem de álcool ao óleo diesel (em junho 1998, uma resolução governamental já determinava o aumento do percentual de adição do álcool à gasolina de 22% para 24%, contra a vontade das montadoras). Em todo o caso, alguns deputados estaduais do Núcleo Agrário da bancada paulista do partido, junto com a CUT, o Diretório Estadual, e com a ajuda de alguns pesquisadores da área, irão realizar um seminário, proposto para o mês de julho, onde pretendem buscar uma posição mais unificada sobre o problema

Do ponto de vista do governo paulista, a inércia é total, tendo o atual governador, Mário Covas, se limitado a apoiar as reivindicações dos usineiros junto ao Congresso e ao governo federal.

Infelizmente, e como nos outros setores da economia, as conseqüências mais imediatas dessas mudanças estão recaindo, como sempre, sobre os trabalhadores, com a diminuição do número de emprego e a precarização das relações de trabalho.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco J. (1991). *Modernização da agricultura e sindicalismo na região de Ribeirão Preto*. (Tese de Doutorado). Campinas, Unicamp.
- ALVES, Francisco J. e ALVES, Maria Rita P. A. (1999) *Cadeia agroindustrial da Cana de Açúcar*. São Paulo, Mimeo.
- ALY JR., Osvaldo (1999). *Meio Ambiente e a Crise Canavieira*. São Paulo, Mimeo.
- BELIK, Walter (1998). "O novo panorâma competitivo da indústria de alimentos no Brasil". *Pesquisa e Debate*. Vol 9. São Paulo.
- COELHO, Carlos Nayro (1998). "Carta da Agricultura". *Revista de Política Agrícola*, ano VII, nº 2. Maranhão.
- CUT e Contag (março de 1999). "Campanhas Salariais no Estado de São Paulo". *Campanhas Salariais – Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical*. São Paulo.
- CUT/CONTG (1999). *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*. São Paulo.
- ESPÍRITO SANTO, Benedito R. do (1995). "Nem tudo está claro". *Agroanalyses*, vol. 19, nº 4. São Paulo.
- GADELHA, Regina M. d' Aquino F. (1998). "Globalização e Crise Estrutural". *In: Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1997). *De bóias-frias a trabalhadores rurais*. Maceió. Edufal.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1999). *Agroindústria e globalização — o caso da laranja no Estado de São Paulo*. Campinas, Unicamp (mimeo).
- MARTINS, José de Souza (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Ed. Unesp.
- O Estado de S. Paulo* (11/5/99). "Usineiros cobram ações do governo e fazem ameaças". São Paulo.
- O Estado de S. Paulo* (26/4/99). "Trabalhadores farão protesto contra Próalcool". São Paulo.
- Seade (maio de 1998). *Sensor Rural*. São Paulo, Fundação Seade.
- SILVA, Luiz A. (1995). "Sindicalismo, assalariados rurais e a luta pela cidadania". *In: Modernização e impactos sociais — o caso da agroindústria suco-alcooleira na região de Ribeirão Preto*. Rio de Janeiro. Fase.
- SILVA, P. Correia, GEBARA J. e PINOTTI, L. (1997). *Direito sonogado: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais*. Subsídio Inesc. Brasília.
- VEIGA Fº, Alceu de Arruda (julho 1998). "Experiências históricas internacionais de mecanização do corte da cana-de-açúcar". *Informação Econômica*, Vol. 28. São Paulo.